Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Brasília, 27 de setembro de 1962.

No Palácio do Planalto, ao dar posse ao Senhor Celso Furtado no cargo de Ministro sem Pasta para o Planejamento.

Não estamos aqui reunidos para praticar um ato de rotina administrativa. A posse de um Ministro de Estado com a responsabilidade de elaborar o Plano de Desenvolvimento Nacional representa, sem dúvida, um fato marcante na vida do nosso país. Deseja o Govêrno acentuar, nesta oportunidade, que superamos a fase das experiências e das tentativas, para nos integrarmos, sem rodeios, em uma etapa de efetivo planejamento.

De imediato, necessita o Govêrno de uma radiografia geral do País para lançar-se à ação planificada pelo desenvolvimento a curto e a maior prazo. Sòmente através de um planejamento seguro e realista conseguiremos acelerar o ritmo do progresso nacional, reduzindo ao mesmo tempo o custo social de sua execução. Não é mais possível continuarmos a tratar dos nossos problemas ao sabor de injunções momentâneas ou improvisando soluções para cada situação emergente, sem noção segura das repercussões que possam acarretar.

As modificações introduzidas ocasionalmente na política de câmbio, no sistema fiscal, no crédito e em outros setores básicos, aplicadas sem a necessária previsão de suas conseqüências e sob a pressão de grupos, contribuíram para agravar situações anteriores e para criar novas áreas de privilégios. Como resultado, o desenvolvimento vem provocando injustiças sociais cada vez mais flagrantes, quando dêle se esperava que, pelo menos, atenuasse as já existentes.

Atendendo a que tôdas as classes participam do esfôrço do desenvolvimento, torna-se necessário que participem, também em conjunto, dos seus benefícios — não por uma simples manifestação de generosidade, mas por uma imposição de justiça social.

É preciso vencer estruturas institucionais atrasadas, que se convertem numa barreira contra o progresso do nosso país. É o caso, por exemplo, da atual estrutura agrária. Dificultando a modernização da agricultura, impõe às populações urbanas, em rápido crescimento, um sacrifício, tanto mais injusto quanto recai sôbre as camadas mais pobres. Por outro lado, êsse sistema superado impede que as elevações ocasionais de preços dos produtos agrícolas beneficiem aquêles que efetivamente trabalham a terra, pois vão cair sempre nas mãos dos intermediários e dos especuladores.

A inflação de preços que sofremos é outra indicação do desgaste que a falta de planejamento vem impondo às fôrças criadoras da economia nacional. Se, por uma parte, a opinião pública exige do Govêrno ação efetiva na solução dos seus problemas básicos, inclusive pelo investimento maciço em setores fundamentais, o sistema fiscal não permite, na medida correspondente, que se arrecadem os impostos daqueles grupos que concentram em suas mãos os maiores benefícios do desenvolvimento. Socorre-se, então, o Govêrno, das emissões de papel-moeda, o que, na prática, se transforma num impôsto que mais agrava, que mais sacrifica a bôlsa do povo.

Aquêles que pregam o combate à inflação por meio de medidas orientadas no sentido de deter o desenvolvimento do País, e portanto à custa de sua emancipação econômica, não conseguiram, felizmente, acolhida na opinião pública nacional. O povo sabe, na sua inteligência e na sua intuição, que o desenvolvimento é condição prévia na solução dos problemas nacionais, sobretudo o bem-estar da nossa coletividade.

Devo informar à Nação que estamos, Presidente da República e Gabinete, empenhados em dar combate à inflação, por todos os meios ao nosso alcance, visando a conter a alta descontrolada dos preços, sem no entanto deter a marcha pela conquista de novas etapas de progresso para o nosso país. Pelo conhecimento de nossas realidades econômicas e sociais, adquirimos a convicção de que o

desenvolvimento exige modificações estruturais na economia brasileira. Mas a realização acertada dessas modificações pressupõe planejamento, sem o qual condenamos o País ao agravamento dos antagonismos sociais.

Ao lançar as bases de uma política de planejamento, cuja elaboração exigirá algum tempo, está o Govêrno plenamente convencido das enormes dificuldades que terá de enfrentar, das resistências e das incompreensões que terá de vencer. Já temos, na verdade, algumas experiências neste sentido. No entanto, uma programação efetiva não se pode limitar ao conjunto de alguns projetos parciais. A orientação a longo prazo é tarefa a ser confiada a órgão central, que tenha função específica de planejar, que discipline todo o esfôrço nacional atualmente disperso e quase sempre contraditório.

A instituição de um órgão responsável pelo planejamento constitui fator decisivo na direção de nossa nova política que poderíamos chamar de política do desenvolvimento para o bem-estar do povo. O nôvo e importante órgão funcionará intimamente articulado com todos os altos escalões da administração federal. Para isso deverá contar com os meios necessários, a fim de que, no mais rápido prazo possível, possa elaborar um plano de desenvolvimento que integre todos os investimentos públicos e discipline os incentivos proporcionados com os recursos da União aos investimentos particulares. Também caberá ao nôvo órgão sugerir as medidas necessárias à adaptação dos setores da administração às suas exatas funções, dentro da execução de um plano.

Em face da situação que atravessa o País e da certeza que todos temos de que é no desenvolvimento que vamos encontrar solução para nossas angustiantes dificuldades, não será demais afirmar que o nôvo Ministro tem sôbre seus ombros responsabilidade das mais elevadas, a de elaborar um plano de recuperação nacional. O povo está cada vez mais consciente dos seus direitos e das suas necessidades e reclama urgência para as modificações estruturais básicas.

É indispensável reformar a nossa economia agrária. É indispensável aparelhar o Govêrno com os instrumentos adequados para que possa governar em benefício do povo, reformando o sistema fiscal, o sistema bancário e modernizando, enfim, a máquina administrativa. Devemos construir um sistema educacional à altura das

necessidades de uma nação que caminha, no presente decênio, para os 100 milhões de habitantes. Precisamos transformar os frutos da nossa industrialização em bem-estar para a maioria da população brasileira, dando-lhe melhores condições sanitárias e de habitação e pleno acesso à educação básica.

Vivemos dias difíceis. Mas, à medida que tomamos conhecimento mais fundo das nossas dificuldades, mais nos convencemos da grandeza das nossas possibilidades, das possibilidades do Brasil. Não basta trabalhar: é necessário trabalhar e trabalhar muito. Indispensável também é que isto seja feito sob a orientação de um plano geral realista, que determine os rumos para alcançarmos objetivos claramente definidos.

Devemos realizar um planejamento que, longe de sacrificar as liberdades democráticas e o regime representativo, contribua cada vez mais para a consolidação de ambos. O planejamento é um instrumento de trabalho do Govêrno para definir seus objetivos, orientando medidas e providências que possam assegurar a emancipação nacional em benefício do povo. Levar êsses objetivos ao conhecimento da opinião pública é, também, absolutamente imprescindível, pois sem o apoio do povo não será possível executar nenhum plano de desenvolvimento econômico e social. Sòmente o povo, convencido de que a solução de seus problemas constitui objetivo central de uma política, poderá transformar em realidade êsse grande empreendimento.

Tenho certeza, Senhores Ministros, de que, com a ajuda do povo e de tôdas as fôças vivas da Nação, criaremos, embora com dificuldade e sacrifícios, o caminho da nossa marcha acelerada para o progresso, dando claro conteúdo social aos esforços que estamos realizando pela paz e pela tranqüilidade da família brasileira. Confio êste instrumento planejador à direção do Senhor Celso Furtado, que tem revelado, em tôdas as missões que lhe foram atribuídas, uma inteligência vigilante aliada à sua reconhecida capacidade técnica.

Senhor Ministro Celso Furtado, em nome do Conselho de Ministros e em meu próprio nome, entrego-lhe a chefia de uma das mais importantes tarefas do atual Govêrno. Faço-o com viva e justificada esperança de que Vossa Excelência irá prestar relevantes e inestimáveis serviços ao Brasil.